

A ECONOMIA DO TURISMO NA BAHIA – FOCO NO SEGMENTO DOS CRUZEIROS MARÍTIMOS

*Renata Souza da Silva **

*Lúcia Aquino de Queiroz***

RESUMO

Compreendendo o turismo como capaz de promover a expansão econômica de cidades e regiões, este artigo pretende discutir a importância da atividade turística para a economia baiana, dando ênfase a um segmento específico que vem crescendo e popularizando-se nas últimas décadas: os cruzeiros marítimos.

Palavras-chave: *Turismo; Economia Baiana; Cruzeiro Marítimo*

* Aluna do curso de graduação em Economia da Universidade Salvador - UNIFACS.

**Doutora em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Barcelona, Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Economista e Pós-graduada em Economia pela UFBA, professora da UNIFACS.

INTRODUÇÃO

O Turismo é compreendido neste estudo enquanto uma atividade capaz de promover o crescimento econômico em cidades e regiões. Entretanto, para que uma determinada localidade possa vir a transformar-se em um destino turístico de expressão, capaz de absorver fluxos significativos de pessoas e capitais, faz-se necessário planejar o processo de desenvolvimento desta atividade, prática que envolve, dentre outros, aspectos como o trabalho de divulgação do destino, de qualificação da mão-de-obra, e de diversificação e potencialização da oferta turística local.

Objetivando ampliar a sua competitividade turística, cidades, regiões e unidades empresariais vêm buscando, de forma acentuada, diversificar a sua oferta através da exploração de novos segmentos de mercado. No Brasil, um dos segmentos que vem obtendo maior representatividade a cada ano é o dos cruzeiros marítimos. Antes apenas direcionado de forma quase exclusiva para uma população detentora de rendimentos expressivos, os cruzeiros estão se tornando cada vez mais acessíveis, sendo agora também desfrutados por integrantes da classe média, classe que está se tornando foco dos empresários deste segmento que, de forma a contemplá-la, vêm realizando diversas modalidades de promoções, dentre as quais a dilatação dos prazos de pagamento.

Hoje, já pode ser considerado representativo o número de empresas de cruzeiros marítimos que exploram rotas na costa brasileira, movimento que vem crescendo gradualmente, o que possibilita uma maior circulação do turista – brasileiro ou estrangeiro - no território nacional e permite uma maior distribuição territorial dos seus gastos, através das compras realizadas nos momentos de desembarque nos diversos portos. Este movimento foi favorecido pela lei de Cabotagem que liberou as embarcações estrangeiras para cumprirem rotas turísticas em portos brasileiros.

Segundo Felipe de Paula Souza (2007), a cidade de Salvador passou a ser a primeira colocada na movimentação de cruzeiros entre portos do Nordeste e a segunda do país. Ainda que não se tenha informações suficientes para confirmar ou retificar esta afirmação, vale questionar se a expansão dos cruzeiros marítimos em Salvador vem contribuindo para o crescimento econômico da cidade.

A resposta a este questionamento requer uma análise desta atividade, tanto no que se refere ao modelo de turismo que vem sendo praticado no segmento, quanto ao comportamento da demanda – os passageiros dos cruzeiros marítimos – e às condições da cidade para a recepção desse fluxo. Antes, porém, de uma discussão mais específica sobre os impactos do

segmento de cruzeiros marítimos, optou-se por se buscar conhecer um pouco mais da atividade turística, iniciando-se por uma discussão conceitual do turismo.

CONCEITUAÇÃO DO TURISMO

Quando pensamos em turismo, o que nos vem à mente, em primeiro lugar, são as pessoas que se deslocam para passear, ver amigos ou parentes, tirar férias e divertir-se. Elas podem usar seu tempo de lazer praticando esportes, tomando banho de sol, conversando, cantando, caminhando, passeando, lendo ou simplesmente aproveitando o ambiente (GOELDNER; RITCHIE; MCINTOSH, 2002, P.23).

Podemos também incluir na atividade do turismo as pessoas que viajam a trabalho ou a estudo. Assim como os visitantes a passeio, estas também irão utilizar os meios de transporte oferecidos no local, consumir em restaurantes, entre outras coisas, comprar, gastar dinheiro, gerando renda e impactando a economia do destino visitado.

Existem três elementos importantes que integram o conceito de turismo: o deslocamento, a residência e o tempo de permanência. Análises mais antigas relacionam o turismo com o deslocamento de viajantes a mais de 50 milhas do local de residência e com a permanência no local visitado por um período superior a 24 horas (VASCONCELLOS; CARVALHO, 2006, p.7-8).

De acordo com os argumentos de Goeldner, Ritchie e McIntosh (2002), qualquer tentativa de definir o turismo e descrever completamente sua abrangência deve levar em consideração os diferentes grupos que participam dessa atividade e que são afetados por ela. Segundo eles, são perspectivas vitais para elaborar uma definição ampla do turismo:

O turista – busca experiências diversas, satisfações psíquicas e físicas. A natureza das suas demandas irá determinar as destinações escolhidas e as atividades desenvolvidas. As empresas fornecedoras de bens e serviços – os empresários vêem o turismo como uma oportunidade para obter lucros ao fornecer os bens e os serviços que o mercado turístico demanda.

O governo da área – os políticos vêem a atividade turística como um fator de riqueza nas economias sob suas jurisdições. Sua perspectiva está relacionada com a renda que seus cidadãos podem obter deste negócio. Eles também levam em consideração as receitas de moeda estrangeira trazidas pelo turismo internacional, bem como as receitas oriundas de impostos sobre as despesas turísticas direta ou indireta.

A comunidade anfitriã – a população local geralmente vê o turismo como um fator de emprego e cultura. O importante para este grupo, por exemplo, é o efeito da interação com o grande número de visitantes internacionais. Esse efeito pode ser benéfico, prejudicial, ou ambos (op. cit., p.23p.23).

Assim, Goeldner, Ritchie e McIntosh (2002) concluem que o turismo é a soma total de todo setor mundial de viagens, hotéis, transporte e todos os outros componentes, incluindo promoção, que atende às necessidades e aos interesses dos viajantes. Por fim, turismo é a soma total de despesas turísticas dentro das fronteiras de uma nação ou subdivisão política, ou uma área em torno de uma estrutura de transporte de estados ou nações contíguas. Ressaltam, entretanto, que é difícil definir turismo de uma forma significativa, que seja amplamente aceita. As definições que surgem destinam-se a resolver um problema imediato. São, assim, baseadas na distância viajada, na quantidade do tempo de estada e no propósito da viagem, o que dificulta a coleta de informações estatísticas que os estudos possam utilizar para formar bancos de dados, descrever os fenômenos turísticos e fazer análises.

Os diferentes conceitos do turismo

Segundo Carvalho e Vasconcellos (2006), uma série de conceitos de turismo foi apresentada por organismos direcionados à atividade e estudiosos dessa temática. A Organização Mundial do Turismo (OMT), por exemplo, define turismo como “o deslocamento para fora do local de residência por período superior a 24 horas e inferior a 60 dias, motivados por razões não econômicas” (apud CARVALHO; VASCONCELLOS, 2006, p.8).

De acordo com Balderramas (2000, apud CARVALHO; VASCONCELOS, 2006, p.297), o turismo é um fenômeno social que consiste no envolvimento dos indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente, por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual, e, por conta dessa ação, geram múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural para o destino.

Já o conceito defendido por Beni (2000), apresenta um entendimento mais moderno do que os demais, no qual se leva em questão uma série de fatores que podem decidir o destino da viagem.

... um elaborado e complexo processo de decisão sobre o que visitar, onde, como e a que preço. Nesse processo há influência de uma série de fatores que definem o destino, o tempo de permanência, a forma de viajar e o tipo de alojamento (BENI, 2000, apud CARVALHO; VASCONCELOS, 2006, p.2).

De acordo com Goeldner, Ritchie e McIntosh (2002), a OMT ampliou o conceito de turismo, não o atrelando ao mito do lazer¹. A definição oficialmente aceita por essa organização compreende que “o turismo inclui as atividades de deslocamento e permanência em locais fora do ambiente de residência do visitante, por período inferior a um ano consecutivo, por razões de lazer, negócios ou outros propósitos” (p.24). Esta definição exclui, dentre outras, as viagens dentro da área de residência, que sejam regulares e façam parte da rotina. Ainda visando a uma definição conceitual mais precisa, a OMT estabeleceu diferentes tipologias de turismo:

Turismo internacional – turismo receptivo: visitas a um país, por não residentes.
Turismo emissivo: visitas por parte de residentes de um país a outro.
Turismo interno – visitas por parte de residentes dentro do seu próprio país.
Turismo doméstico – turismo interno, somado ao turismo receptivo (o mercado turístico do setor de hospedagem e atrações em um país).
Turismo nacional – turismo interno somado ao turismo emissivo (o mercado turístico de residentes, existente para agências de turismo e companhias aéreas). (op. cit. p.25).

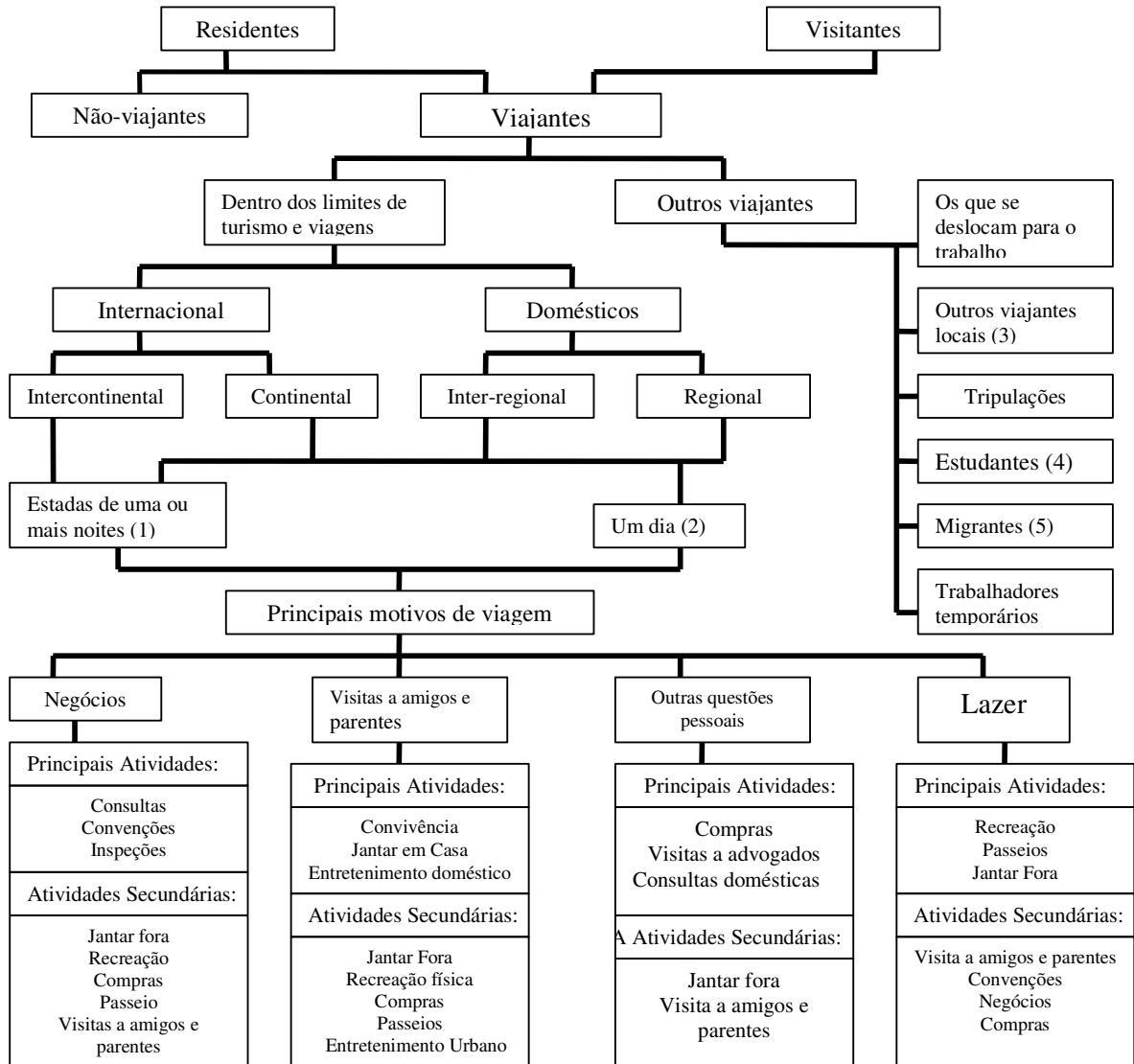
Na base do conceito de turismo faz-se também preciso especificar o conceito de viajante. Este último pode ser definido como qualquer pessoa em viagem entre dois ou mais países ou entre duas ou mais localidades dentro de seu país de residência. Todo viajante que é envolvido no turismo é considerado visitante ou turista; são pessoas que viajam para um país no qual não residem por, no máximo, 12 meses, desde que não exerçam nenhuma atividade remunerada no local visitado (GOELDNER; RITCHIE; MCINTOSH, 2002). Os viajantes são, assim, subdivididos em duas categorias:

Visitantes de um dia – aqueles que não pernoitam em um estabelecimento de hospedagem coletivo ou privado no país visitado – por exemplo, um passageiro de navio de cruzeiro que passa quatro horas em um porto.
Turistas – aqueles que permanecem no país visitado por, pelo menos, uma noite – por exemplo, um visitante em férias de duas semanas em um dado destino (op. cit. p.25).

A figura 1 representa os principais tipos dos viajantes:

¹ Sobre os Mitos do turismo na economia, ver Leandro de Lemos. Turismo, que negócio é esse.

Figura 1 – Classificação de viajantes



- (1) Turistas, em definições técnicas internacionais
- (2) Excursionistas, definições técnicas internacionais
- (3) Viajantes cujos deslocamentos são mais curtos do que os que se enquadram em viagens de turismo; por exemplo, abaixo de 80 quilômetros do local de moradia.
- (4) Estudantes viajando somente de casa para a escola – outras viagens de estudantes dentro dos limites de turismo.
- (5) Todas as pessoas que estão sem mudando para um novo local de moradia, incluindo viajantes só de ida, como emigrantes, refugiados, migrantes domésticos e nômades.

Fonte: GOELDNER; RITCHIE; MCINTOSH, 2002, p.27.

Aspectos econômicos do turismo

O turismo pode ser analisado através de uma série de métodos, entre eles a abordagem institucional, de produto, histórica, gerencial, sociológica, geográfica, interdisciplinar e

econômica. Neste tópico serão abordados exclusivamente os aspectos econômicos, cabendo-se ressaltar que se compreende por economia, “o estudo de como os seres humanos e a sociedade decidem empregar recursos produtivos escassos, com aplicações alternativas, para produzir bens e serviços e distribuí-los para consumo, agora e no futuro, entre as diversas pessoas e grupos da sociedade” (SAMUELSON; NORDHAUSM, apud CARVALHO; VASCONCELLOS, 2006, p.2).

De posse dos conceitos de turismo e de economia buscou-se conceituar a economia do turismo, utilizando-se, para tanto, da definição de Carvalho. Segundo esta, a economia do turismo compreende

(...) o estudo de como a sociedade emprega recursos escassos e usos alternativos, para produzir bens e serviços que se destinam a satisfazer necessidades das pessoas no que se refere ao deslocamento em relação aos seus locais de moradia ou de trabalho, com o objetivo do desfrute de repouso, esporte, cultura, religiosidade, lazer e entretenimento. (CARVALHO, 2002, apud CARVALHO; VASCONCELLOS, 2006, p.9).

Os autores Luiz Carlos Carvalho e Marco Antonio Vasconcellos (2006) afirmam que no estudo da economia do turismo é de extrema importância o entendimento do conceito do turismo sustentável, já que este conceito está diretamente relacionado com o comportamento das pessoas e a preservação do meio ambiente. Citando Mário Beni ressaltam:

O turismo sustentável deve garantir e assegurar os componentes dos diferenciais turísticos, o mecanismo racional de exploração dos recursos ambientais naturais, histórico-culturais e temático-artificiais, por meio de um processo preservacionista estratégico de desenvolvimento interativo e articulado, especialmente delimitado e localizado (BENI, 2001, apud CARVALHO; VASCONCELLOS, 2006, p.9).

Já autores como Goeldner, Ritchie e McIntosh (2002), vêem o turismo por outra perspectiva, em função da importância que ele representa para as economias domésticas e mundial. Assim os economistas concentram sua atenção na oferta, na demanda, no balanço de pagamentos, no câmbio, no emprego, nas despesas, no desenvolvimento, nos multiplicadores e em outros fatores econômicos. Eles acreditam que a desvantagem dessa abordagem é que, ao mesmo tempo em que é um importante fenômeno econômico, o turismo gera impactos não-econômicos. E afirmam que a abordagem econômica não costuma prestar a devida atenção aos enfoques ambiental, cultural, psicológico, sociológico e antropológico, aproximando-se, de certa forma, da visão anterior.

O TURISMO MARÍTIMO EM SALVADOR

Salvador e o seu entorno possuem, sem dúvida, um imenso potencial turístico que vem atraindo grupos internacionais, interessados, sobretudo, na realização de investimentos na área de hospedagem/equipamentos de lazer, construindo hotéis, resorts e pousadas.

Como sabido, a Bahia e a sua capital desde a primeira metade dos anos 90 foram contempladas com uma série de investimentos públicos direcionados à atividade turística, através de programas específicos, como o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR – ou de inversões efetuadas com recursos do Tesouro Estadual ou de outras fontes, como o Banco Mundial (BIRD), o Kreditanstalt Für Wiederaufbau (KfW), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Fundo Geral de Turismo (FUNGETUR) – QUEIROZ, 2002, p. 154.

As inversões públicas possibilitaram a que a Capital baiana fosse contemplada com um montante expressivo de recursos. Conforme Queiroz (2002, p. 161), exclusivamente na primeira etapa do PRODETUR, foram investidos mais de US\$ 100 milhões em Salvador, o que vem permitindo a atração dos investimentos privados comentados anteriormente. O conjunto dos investimentos realizados ou em execução – públicos e privados – qualificaram a cidade, sem dúvida, porém, esta ainda defronta-se com uma série de problemas que dificultam o desenvolvimento do seu turismo, de maneira geral, e de segmentos específicos, a exemplo dos cruzeiros marítimos.

Conforme mencionado anteriormente, a análise dos possíveis impactos dos cruzeiros marítimos na economia de Salvador requer uma compreensão da própria dinâmica da atividade e das condições da cidade para a exploração do segmento.

O segmento de cruzeiros marítimos é explorado por empresas de grande porte, em geral estrangeiras, que oferecem aos seus clientes um amplo pacote de serviços, envolvendo desde a hospedagem e alimentação, ao lazer, com atividades esportivas, recreativas, musicais, etc. A compra desses pacotes, normalmente efetuada no local de residência do turista, com raras exceções, pouco irá impactar a economia dos destinos envolvidos. O retorno direto às áreas de recepção dos turistas dar-se-á, sobretudo, através dos gastos realizados pelos passageiros nos momentos das paradas nos portos de atração das embarcações.

O tempo de permanência no porto torna-se, assim, fundamental para que os gastos dos turistas possam se efetivar. Os portos selecionados para um maior tempo de ancoragem

tendem, entretanto, a serem os mais bem aparelhados, e, assim, no Brasil as escolhas recaem, grande parte das vezes, em cidades portuárias da região Sudeste².

O porto de Salvador, considerado em reportagem da revista Exame (2008, p. 32) como “o pior porto do país”, encontra-se completamente desaparelhado, tanto para as operações de embarque e desembarque de mercadorias como de passageiros. Ainda conforme a reportagem da Exame, os navios têm que aguardar em média 8 horas para atracar no porto e esta espera pode alongar-se até 24 horas nos dias de maior tráfego. O porto acumula problemas estruturais como a profundidade insuficiente para receber grandes navios, aliados a outros como a dificuldade de acesso rodoviário e, no que se refere ao transporte de mercadorias, lentidão na armazenagem, falta de cobertura para os caminhões de carga e descarga, dentre outros.

Em reforço aos problemas descritos, o porto de Salvador ainda não dispõe de um Terminal para Cruzeiros Marítimos, em que pese à existência, desde 2005, de um projeto que abrange a revitalização da área portuária para fins turísticos. A proposta, entregue naquele ano pelo então secretário de Infra-Estrutura da Bahia Eraldo Tinoco à Companhia das Docas do Estado da Bahia, Codeba, empresa estatal gestora do porto, prevê a implantação do Terminal para Cruzeiros Marítimos, integrado por cinco edificações: terminal de escala, centro de eventos e shopping, núcleo de circulação, edifício de escritórios e edifício garagem. A estação foi dimensionada para atender a um fluxo de até 6.000 passageiros/dia, o que corresponde aos procedimentos de embarque e desembarque de três navios neste período. Quando em operação, nos períodos em que as escalas dos cruzeiros marítimos ocorram com menor frequência, objetiva a auto-sustentação no novo terminal de passageiros. No projeto, o equipamento a ser construído terá um centro de eventos e shopping, edifício garagem e edifício para escritórios, garantindo, um aporte de receita para o administrador. A área total de construção do terminal será de 37 mil m². O centro de eventos e shopping ocuparão mais de 13 mil m², o terminal de cruzeiros quase 6 mil m², o edifício garagem 8 mil m², o edifício de escritórios terá quase 5 mil m² e a área de construção descoberta cerca de 3,5 mil m² (JORNAL BAHIA NEGÓCIO, agosto, 2005).

O projeto do Terminal Marítimo é parte integrante do portfólio de investimentos do Programa Estadual de Logística de Transportes da Bahia (Peltbahia), aprovado em agosto de 2004 e o novo espaço receptivo de turistas também foi indicado pelo Plano de Revitalização de Área Portuária (Revap) do Ministério dos Transportes. Conforme previsões iniciais da

² Deve-se registrar que o porto público de Suape, em Pernambuco pode ser também considerado como dotado de excelente padrão (EXAME, 2008, p. 33).

empresa de consultoria Marinas do Brasil Associados, em consonância com o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento dos Portos de Salvador e Aratu (PDZ), aprovado pelo Conselho de Administração Portuária (CAP), em 2000, o conjunto estava previsto para ser entregue à população em fins de 2008 (JORNAL BAHIA NEGÓCIO, agosto, 2005).

Entretanto, o que se observa até este momento é que Salvador vem apresentando um desempenho ainda pouco expressivo no mercado dos cruzeiros marítimos, principalmente quando se considera a sua posição privilegiada na costa atlântica em relação a outros países e as escalas náuticas nordestinas. Entre 2000 e 2005, conforme o Jornal Bahia Negócio, a média (longo curso e cabotagem) foi de 60 escalas/ano, sendo 66% de cabotagem e 34% de longo curso. Conforme dados da CODEBA, na temporada 2004/2005 registrou-se desaquecimento, com apenas 57 atracções em Salvador, contra 71 verificadas na temporada anterior. Apesar das carências do porto para a recepção de cruzeiros marítimos, as temporadas 2005/2006 e 2006/2007 apresentaram, no comparativo com as temporadas anteriores, crescimento no número de atracções (24,6% na primeira e 21,1% na segunda temporada) e no número de passageiros vindos a Salvador por cruzeiros marítimos (70.715 em 2005/2006 e 115.548 em 2006/2007, representando incremento anual de, respectivamente, 29% e 63,4%). Mas, em que pese à importância desses números, a cidade, além das perdas decorrentes de problemas da logística portuária, também vem perdendo uma possível receita oriunda dos passageiros dos cruzeiros que por aqui têm aportado.

Salvador defronta-se ainda hoje com sérios problemas de ordem socioeconômica e territorial que atuam como entraves à expansão do seu turismo. A cidade apresenta problemas na sua infra-estrutura urbana e turística – transporte, limpeza pública, sinalização, falta segurança nos pontos turísticos, etc. - e, em adição, oferece poucas opções de compras/lazer direcionadas a um público, como os passageiros de cruzeiros, que tende a ser mais exigente em termos de qualidade e diversidade de produtos e serviços. Ainda é expressiva a carência da capital baiana no tocante à oferta de profissionais qualificados para atender a esse segmento, com domínio de idiomas estrangeiros. Sem a qualificação necessária, a cidade deixa de receber uma maior receita procedente deste segmento, ao passo em que as empresas que operam os cruzeiros marítimos tendem a restringir, cada vez mais, o tempo em solo baiano minimizando os possíveis impactos positivos para a socioeconomia local, seja com a geração de renda ou de empregos diretos ou indiretos, fixos ou temporários.

CONCLUSÃO

Buscou-se neste artigo, através de uma análise que ainda requer maiores aprofundamentos, compreender os possíveis impactos dos cruzeiros marítimos na economia do turismo de Salvador. Em que pese às potencialidades do turismo enquanto atividade capaz de contribuir para o desenvolvimento de destinos e regiões e a ampla oferta de recursos existentes na Bahia e em Salvador, são muitos os desafios para que esse estado e a sua capital venham, de fato, a obter um maior retorno com o turismo, e, principalmente, com o segmento de cruzeiros marítimos.

Se a cidade objetiva uma maior resultado econômico e social com a exploração dos cruzeiros marítimos, terá que se qualificar para atender a este segmento. Ainda há muito o que melhorar quando se pretende captar os turistas de cruzeiros que desejam, acima de tudo, qualidade no atendimento; para que deixem o luxo dos navios estes turistas precisam encontrar em terra firme o mesmo conforto e segurança que já dispõem, aliados a uma grande atratividade em termos de serviços e produtos. Faz-se assim necessário um trabalho de parceria entre os setores público e privado objetivando encontrar soluções com vistas à correção dos atuais problemas. Esse trabalho, que não é simples e requer investimentos expressivos, não poderá prescindir desta parceria, que deverá, inclusive, envolver outros segmentos da sociedade civil organizada. Desta forma, a cidade pode vir a encontrar alternativas que a possibilitem, realmente, obter um maior retorno com o turismo e com os cruzeiros marítimos.

REFERÊNCIAS

BAHIA NEGÓCIOS. Bahia Negócios, o jornal de economia da Bahia. Salvador, Ano X, n. 106, agosto de 2005. Fim do sofrimento no Porto de Salvador. Serão aproveitados dois armazéns das Docas e construída nova Estação de Passageiros para receber 6.000 pessoas/dia. Disponível em <http://www.FAPESB\FAPESB 2008\Bahia Negócios - Empreendimentos.htm>. Acesso em Fev. 2008.

BARRETO, Luciana. O pior porto do país. São Paulo: Abril, Revista Exame, Ano 42, n. 4, março de 2008, p. 32 a 34.

CARVALHO, Luis Carlos Pereira de; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. **Introdução à economia do turismo**. São Paulo: Saraiva, 2006. 306 p.

GOELDNER, Charles R.; RITCHIE, J. R. Brent; MCINTOSH, Robert Woodrow, Turismo: princípios, práticas e filosofias. 8. ed Porto Alegre: Bookman, 2002. 478 p.

LEMOS, Leandro de. Turismo: que negócio é esse ? : uma análise da economia do turismo . São Paulo: Papirus, 2001, 3 ed.

QUEIROZ, Lúcia Aquino de. Turismo na Bahia, Estratégias para o Desenvolvimento. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Coleção Selo Turismo, 2002.

_____. Turismo urbano, gestão pública e competitividade: a experiência da cidade de Salvador. Salvador: Editora P555, 2007.

SOUZA, Felipe de Paula. Turismo de Cruzeiros: considerações sobre o receptivo de Prefeitura de Ilhéus, Bahia no verão de 2005 - 2006. 2006.

Disponível em: <<http://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/artigos.php?cod=85>>. Acesso em: 7 Mar. 2007.